

AS POLÍTICAS CULTURAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS TRABALHADORES DA CULTURA DE PELOTAS E A LEI ALDIR BLANC

XI Seminário Internacional de Memória e Patrimônio, 11ª edição, de 26/10/2021 a 29/10/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-75-3

BARBIER; Daniel¹

RESUMO

Em 12 de maio de 2016, durante o percurso do golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer, tendo assumido a presidência interinamente, resolve extinguir o Ministério da Cultura através da Medida Provisória nº 726/16. Em resposta, o setor cultural brasileiro protagonizou impressionantes mobilizações por todo território nacional, inclusive ocupando a sede de diversos órgãos do governo, como o IPHAN/PE, o que fez com que o governo recuasse da sua decisão e restabelecesse o MinC, em 28 de maio do mesmo (BARBALHO, 2018). O campo da cultura e do patrimônio cultural, que vinham acumulando conquistas desde 2003, inauguradas com a gestão do Ministro Gilberto Gil, começariam, a partir de então, a vivenciar uma série de reveses (CALABRE, 2015). De forma dramática, a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, aprofundou a grave crise no setor cultural. O Ministério da Cultura foi oficialmente extinto, as gestões das fundações e autarquias foram assumidas por gestores despreparados, algumas das políticas culturais nacionais mais importantes foram descontinuadas e práticas governamentais de censura acabaram ressurgindo (RUBIN, 2020). Em 2020, não suficiente aos desmontes promovidos pelo governo Bolsonaro das políticas públicas de cultura, a grave crise que havia se estabelecido sobre o setor foi aprofundada com o advento da pandemia do novo coronavírus (CALABRE, 2020). Historicamente sem estarem protegidos integralmente pelas leis trabalhistas e previdenciárias, sem acesso às políticas de assistência social e sem as políticas de financiamento cultural em pleno funcionamento, somado ao desmonte do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a campanha nacional de guerra contra a cultura promovida pelo atual presidente, os trabalhadores e as trabalhadoras da cultura se viram obrigados a interromperem suas atividades a partir de março sem que houvesse qualquer tipo de suporte de renda para isso e sem quaisquer perspectivas de breve retorno. Era sabido, e assim ficou popularizado, que o setor cultural seria um dos primeiros a parar suas atividades e o último a voltar à normalidade. Contudo, mais uma vez, em um curto espaço de tempo (2016-2020), o setor cultural respondeu com uma rápida mobilização e articulação nacional através da criação de diversos fóruns e redes integradas por fazedores e sabedores de cultura nos mais diversos níveis da federação brasileira. Em Pelotas, por exemplo, foi criado, em 8 de abril de 2020, o Fórum Popular Permanente de Cultura, o qual reunia artistas, técnicos, produtores, acadêmicos, conselheiros de cultura, entre outros. Ao todo, o grupo integrou mais de 200 agentes culturais e em pouco tempo passou a interagir em diversas redes de coletivos regionais e nacionais, entre eles a rede que fomentou, junto a parlamentares do Congresso Nacional, o projeto de Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural (Lei nº 14.017/20), aprovado em 29 de junho de 2020. Com foco no descontingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Cultura, a Lei Aldir Blanc teve orçamento original de R\$ 3 bilhões, o maior da história brasileira, e foi responsável por uma série de inovações no campo cultural, como o alargamento do sentido de trabalhador da cultura, da execução de mapeamentos culturais, da busca ativa, da implementação de ações afirmativas em editais de fomento, da rearticulação da sociedade civil entorno da cultura e do patrimônio cultural, no revigoramento dos conselhos municipais e estaduais de políticas culturais, no fortalecimento de novas e atuais iniciativas de segmentos culturais, especialmente no campo dos museus, da memória social e do patrimônio cultural (MAIA, 2021). Portanto, tendo em vista os desafios históricos do campo cultural e o aprofundamento da crise entre os trabalhadores da cultura no período pandêmico, o presente trabalho visa analisar a articulação dos fazedores e sabedores da cultura de Pelotas entorno da criação do Fórum Popular Permanente de Cultura, bem como seu envolvimento na construção e aplicação da Lei Aldir Blanc no âmbito municipal. Busca também lançar algumas reflexões sobre o contexto atual da cultura e do patrimônio cultural do Ministério da Cultura ao atual governo, especialmente no momento em que se acirram os desafios

¹ Universidade Federal de Pelotas, barbier.daniel@gmail.com

em decorrência da Covid-19. Para tanto, retoma o panorama das políticas culturais no passado recente e, em seguida, discute as urgências impostas no atual de crise sanitária e as peculiaridades do setor cultural, trazendo, como objeto de análise, a constituição do Fórum Popular Permanente de Cultura de Pelotas e a Lei Aldir Blanc. Utiliza, para tanto, as redes sociais como fonte de pesquisa, especialmente as páginas do Fórum Popular Permanente de Cultura no whatsapp, facebook, no instagram e no youtube. Como fontes complementares, as correspondências emitidas e recebidas. O presente trabalho é resultado de reflexões produzidas no âmbito da pesquisa de tese “Berro contra o retrocesso: o cancelamento da Queermuseu e a 21ª Parada Livre de Porto Alegre/RS na perspectiva de uma história LGBT no Brasil”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, no que diz respeito à conjuntura do campo cultural no passado recente brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. In: **Revista de Políticas Públicas**. São Luiz, 239-260, 2018.

CALABRE, Lia. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos de 2011-2014. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre e CALABRE, Lia (orgs.) **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: UFBA, 2015. p.33-48.

_____. A arte e a cultura em tempos de pandemia. **Extraprensa**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 07-21, 2020.

MAIA, Leandro. Sirleys, Neis, Beneditas, Bias, Pedros, Eduardos e Bebetos: os falsos dilemas da Lei Aldir Blanc como estado da arte. **Parentese 92**, Porto Alegre, 2021.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. La acción político-cultural de la administración Messias Bolsonaro. **Alteridade**, Cidade do México, P.09-20, 2020.

PALAVRAS-CHAVE: pandemia, cultura, Lei Aldir Blanc, Pelotas/RS